

HABEAS CORPUS Nº 515.218 - SP (2019/0167552-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANDRE LUIS COSTA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS COSTA - SP296221
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LOHAN PEDRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de LOHAN PEDRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2097188-95.2019.8.226.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 120):

Habeas corpus Tráfico de entorpecentes Agente flagrado trazendo consigo e guardando, para fins de tráfico, 3,92 gramas de cocaína em pó, distribuídos em 19 eppendorfs Critérios a serem empregados na análise dos pressupostos da prisão preventiva

É certo que o STF já reconheceu não ser concebível eventual denegação de liberdade lastrada apenas na gravidade abstrata da conduta daquele que é criminalmente investigado.

Ao decidir sobre sua eventual liberação, o Magistrado deve, com efeito, considerar, sempre, não apenas a natureza da infração, como também as circunstâncias nas quais os fatos teriam ocorrido e as condições pessoais do suposto agente.

Em se cuidando de crime de tráfico de entorpecentes, a avaliação deve, assim, abranger não apenas a variedade da substância apreendida, como sua espécie, sua quantidade, a forma como estava acondicionada, além de toda a dinâmica dos fatos e o histórico do averiguado.

Em tais situações, porém, é inclusive recomendável que aludida análise seja efetuada com maior rigor e especial cautela pelo Juiz, de modo a restarem efetivamente assegurados a

manutenção da ordem pública, o bom andamento da instrução criminal, bem como a aplicação da lei penal, uma vez não se poder perder de vista que o tráfico de entorpecentes apresenta natureza grave e hedionda, com consequências particularmente nocivas à sociedade.

A defesa alega, inicialmente, a ausência de indícios de autoria e materialidade do delito imputado ao paciente. Nesse sentido, narra que *foi abordado por policiais em posto de gasolina (loja de conveniência) frequentado por muitos jovens e foi encontrado no bolso da bermuda somente uma porção de 'cocaína', sendo o restante 18 eppendorf de cocaína foram encontrados em um terreno baldio próximo ao posto (relatos do condutor) fls. 03 dos autos (e-STJ fl. 7).*

Ressalta, ainda, ser o paciente primário, com bons antecedentes, além de possuir ocupação lícita e residência fixa.

Aduz, também, haver carência de fundamentação na prisão preventiva do recorrente por ter o magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Outrossim, aponta estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Por fim, argumenta que, diante das particularidades do caso, mostra-se adequada a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação

jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Quanto à negativa de autoria, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão

Nota-se que os crimes supostamente praticados pelo paciente têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP.

Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao que parece, tal questão foi devidamente fundamentada, notadamente em razão de a prática delitiva ter sido supostamente flagrada em posto de gasolina com intensa movimentação, a indicar a ousadia peculiar na conduta delitiva. Destarte, não se verifica, ao menos em análise preliminar, a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Nesse sentido, o decreto prisional (e-STJ fls. 113/114):

(...)

Verifico a existência do crime, comprovada pelo auto de exibição e apreensão (fl. 10) e dos laudos de constatação provisória (fls. 12/13). Os policiais militares Alessandro Conelian e Élcio José Bertholdo informaram que durante patrulhamento de rotina, por volta das 1h15min de hoje, receberam denúncia anônima de que um indivíduo usando boné laranja, trajando bermuda jeans e camiseta branca com listras, estaria promovendo o tráfico de drogas nas imediações do posto de combustíveis CACIQUE II, situado na Avenida Marília, nesta cidade. Acrescentaram que constou na respectiva denúncia que tal indivíduo escondia as drogas em um terreno baldio

localizado defronte ao posto, mais precisamente na rua Pedro Pavanelli (fundos da empresa FRANPAN). Desse modo, visando averiguar as informações, deslocaram-se até o local indicado, onde visualizaram um indivíduo com as características e vestimentas citadas, saindo do terreno baldio mencionado.

Imediatamente procederam a abordagem e identificaram o indivíduo como sendo LOHAN PEDRO, ao passo que, durante revista pessoal, localizaram um eppendorf (pino) contendo substância esbranquiçada semelhante a cocaína no bolso dianteiro do lado direito da sua bermuda, juntamente com a quantia de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). Na sequência, em breve vistoria no terreno baldio, localizaram mais 18 (dezoito) eppendorfs (pinos) semelhantes àqueles encontrados na posse do increpado, os quais estavam acondicionados em um saco plástico de cor preta, homiziado atrás de um contêiner. O implicado recebeu voz de prisão e foi conduzido para esta Central de Polícia Judiciária. Em Juízo, indagado sobre as circunstâncias de sua prisão ou apreensão, quanto ao tratamento recebido antes da apresentação à audiência, Lohan informou que não foi agredido pelos Policiais Militares. O crime imputado ao acusado é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos (artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal) e, tratando-se de tráfico de drogas, é vedada a concessão de liberdade provisória (artigo 44 da Lei 11.343/06). Nesse sentido, leva-se em conta não apenas a nefasta natureza do crime (tráfico de entorpecente, equiparado aos hediondos e especialmente reprovado pela Constituição Federal), como também sua concreta gravidade, representada pelas específicas nuances do caso concreto, quais sejam, a substância entorpecente apreendida e sua destinação a mercancia, que sinalizam inequívoca aptidão da conduta para desestabilizar a ordem social no contexto desta região. A conveniência da instrução criminal evidencia a necessidade de a coleta de provas não ser perturbada, impedindo a busca da verdade, pois há necessidade de comparecimento do autuado à audiência. Tal contexto denota que as outras medidas cautelares diversas da prisão serão inócuas no caso telado, ou seja, inadequadas e insuficientes para gravidade do caso, diante do referido contexto. Consta no boletim de ocorrência que o custodiado estava traficando em posto de combustível movimentado da cidade (fls. 07/09), razão pela qual, necessário, por fim, acautelar ao meio social, bem como a preservar minimamente a credibilidade da justiça, evitando a odiosa sensação de impunidade

(...)

Sendo assim, a princípio faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator